

## A FORMAÇÃO DO SIGNIFICADO AGENTIVO DE *-EIRO*

Mário Eduardo Viaro  
Universidade de São Paulo/Brasil  
gmhp@usp.br

**RESUMO:** O sufixo derivacional *-eiro* possui, entre seus vários significados, uma interpretação que o caracteriza como agente a partir de bases que são tidas originalmente como substantivais ou participiais. O salto da função relacional para o significado agentivo do sufixo latino *-arius* nem sempre é bem esclarecida nos trabalhos de semântica histórica e ambos os significados dispõem de certa produtividade ainda hoje no sufixo *-eiro*. Discutimos nesse artigo os motivos subjacentes a essa dificuldade, com vistas à formulação de pressupostos científicos que fundamentam a reflexão da Morfologia.

**PALAVRAS-CHAVE:** Sufixação, Morfologia Histórica, Semântica Histórica, Agentividade.

### 1. A gênese do sufixo *-arius* agentivo

O significado agentivo do sufixo *-eiro* em português, juntamente com seus cognatos nas demais línguas românicas, reflete a continuação de um desenvolvimento supostamente tardio do latim *-arius*. Inicialmente, *-arius* era um claro formador de adjetivos. A distinção entre substantivo e adjetivo, apesar de tão importante para as gramáticas ocidentais modernas e mesmo para as teorias linguísticas, porém, apresenta um problema historiográfico, uma vez que nas primeiras propostas de classes de palavras, os termos grego *ónoma* e o latino *nomen* englobavam tanto o conceito de substantivos como de adjetivos. Se entendemos o adjetivo como o nome que não ocupa o centro de um sintagma nominal (que é exclusivo do substantivo), teríamos na verdade, não duas classes morfológicas, mas duas classes sintáticas. Desse modo, *estrangeiro* poderia ser, sintaticamente, tanto um substantivo (*um estrangeiro*) quanto um adjetivo (*um homem estrangeiro*), pois, do ponto de vista sintático, seriam respectivamente centro e periferia do sintagma. Algo parecido se dá com as vogais e semivogais: um *i* só é vogal se ocupa um núcleo silábico (como em *vi*), mas será uma semivogal se não ocupar (como em *pai*). Essencialmente trata-se do mesmo som, embora a função difira. Há sons, porém, que apenas ocupam a posição de núcleo, da mesma forma que a mobilidade categorial entre substantivos e adjetivos não é ilimitada. Na primeira etapa, o latim disporia de um *-arius* que, na verdade, apenas era um recurso que promovia a transposição de uma classe sintática para outra. No português, vários sufixos têm essa mesma função: *-al* em *empresarial*, por exemplo, concorre com construções sintáticas em que a preposição funciona como translador (*de empresa, da empresa, das empresas*). Assim sendo, *coquinarius* significava “da cozinha” (assim como *coquinaris* e, mais tardiamente, *coquinatorius*) e é desse sentido básico que nascerá o agentivo *cozinheiro*.

Aparentemente, o passo é intuitivo: um servo que trabalha na cozinha é um servo de cozinha (por oposição ao servo de jardim, por exemplo). Daí, nada mais simples que referir-se ao servo de cozinha como “servo cozinheiro” ou, simplesmente, “cozinheiro”. A proposta para a passagem é portanto o subentendimento da palavra “servo”. Nesse caso, o substantivo é anulado na fala e o adjetivo ascende, por essa omissão, ao espaço sintático que lhe é conferido ao item apagado. Esse *-eiro* teria em si o valor relacional que, por meio do subentendimento e posterior omissão do núcleo, se tornaria agentivo. No entanto, o sentido agentivo é uma interpretação e não um resultado dessa omissão: se “cozinheiro” só pode ser um servo, a

relação entre o sufixo e sua base deve subentender um novo elemento, que aparece nas paráfrases, a saber, o conceito não-expresso de “trabalhar”.

A história da transformação do significante entre *coquinarius* e *cozinheiro* pode ser anotada da seguinte forma:

(1) *Coquinarius* → *coquinarium* > *cozinheiro*

Ou seja, *coquinarius*, palavra-lemma, tem entre suas flexões o acusativo *coquinarium*, caso que é a base lexicogênica para a formação de palavras diretamente herdadas do latim, como é o caso de *cozinheiro* em português. As transformações fonéticas explicariam essa passagem sem grandes dificuldades, por serem regulares e não demandarem o uso da analogia (a saber, lenização e sonorização no *qu ~ c > z* intervocálico, metátese e alçamento em *-arium > -airo > -eiro* etc).

A mesma segurança não se vê na história da transformação do significado:

(2) “ (...) da cozinha” >> “(servo) da cozinha” >> “(pessoa que trabalha na) cozinha”

De fato, pela análise de textos, observamos que o sentido amplo de “da cozinha” se agrega a qualquer núcleo semântico compatível, do ponto de vista referencial. Na cozinha é possível a existência de alguns seres classificados em campos semânticos bem distintos: instrumentos utilizados na preparação dos pratos, ingredientes e pessoas. A associação frequente a um desses núcleos dispensa inclusive a sua enunciação. Dessa forma, entre a primeira e a segunda etapa há o *preenchimento* do significado que se dá por meio da *cognição* do receptor. Cumpre observar que a preposição *de* em “da cozinha” não se transforma arbitrariamente em *em* (“na cozinha”), mas têm funções distintas: o *de*, tal como o tópico em sintaxe (ou o acusativo relacional em latim) é uma evocação vaga, que pode ser desambiguizada por locuções como “quanto a” ou “com relação a”. Não tem, nesse momento, nada a ver com outros significados da preposição *de*, como, por exemplo, o de posse (caracterizado em algumas línguas pelo caso genitivo). A mudança de interpretação da palavra da segunda sincronia para a terceira revela apenas uma mudança social à qual a língua se adaptou (a saber, a substituição de servos ou escravos por trabalhadores remunerados) e enfoca o aspecto locativo por meio de *em*, embora uma boa metaparáfrase para “(pessoa que trabalha na) cozinha” seria algo como “quanto à cozinha, a pessoa que trabalha lá”.

Não é preciso nos alongarmos na análise para percebermos que há uma correlação entre o significante e o significado, que conduz à existência de dois significados que se compõem no momento neológico:

(3) *cocin-* > *cozinh-* = “cozinha”

*-arius* > *-eiro* = “quanto a” >> “servo que trabalha em” >> “pessoa que trabalha em”

Distingue-se, portanto, uma interpretação do radical e outra do sufixo. Chama à atenção o grau de concretude que nasce de uma noção tão vaga como “quanto a”. Algo parecido se vê nos nomes de árvore, em *\*pirariam*, base tanto do francês *poirier* quanto do português *pereira*, o mesmo sufixo *-arius* revela outra história:

(4) *-arius* > *-eiro* = “quanto a” >> “árvore que produz”

A interpretação em seres humanos ou em árvores frutíferas foi, hipoteticamente atividade especializada de falantes e nos remete a um momento histórico. Se não fosse exclusivamente o servo que se ocupasse da cozinha, o subentendimento não teria êxito comunicativo. Por outro lado, já havia o nome feminino da quarta declinação *pirus* para a “pereira” (por oposição à palavra neutra de segunda declinação *pirum* “pera”), de modo que a existência da forma criada *\*piraria* parece redundante. A explicação para isso se encontra no uso crescente do acusativo lexicogênico de *pirus* (a saber, *pirum*) que se confundiu com o nome da fruta e criou a necessidade do *reforço semântico* do conceito de “árvore”, por meio de torneios como *\*arbos piraria* “árvore de pera”, cuja metaparáfrase nos remete a algo como “quanto à pera, (refiro-me à) árvore”. O contexto de uso alia-se à frequência e, aos poucos, *arbos* deixava de

ser enunciada, dando azo à palavra \**piraria* e à interpretação de *-arius* como “árvore que produz”, juntamente com outros casos (\**nucaria* “nogueira”, \**ficaria* “figueira” etc.).

## 2. Definição de agentividade

Podemos dizer que uma árvore é um agentivo como um ser humano? Tudo depende da nossa postura enquanto pesquisador da língua. Um cientista da linguagem de viés dedutivo não terá dúvida em agrupar o *-eiro* de *cozinheiro* junto com o *-eira* de *pereira*, pois os verbos empregados nas interpretações (“trabalhar em” e “produzir”) não são muito distintos semanticamente. No entanto, isso é, como se pode perceber, uma interpretação *a posteriori* que não requer uma reconstrução mental do momento da criação da palavra. De fato, ao reconstruirmos a interpretação do falante em sincronias pretéritas e os contextos enunciativos, jamais alguém pode afirmar seguramente que um falante, a não ser imbuído de um animismo muito profundo (o que não parece acontecer no Ocidente) ou de um naturalismo anacrônico e acadêmico do biólogo moderno, poderia ver da mesma forma um ser humano e uma árvore.

O antropocentrismo de nosso raciocínio poderia fazer ver, de forma metafórica, uma árvore “agindo” ao produzir frutos. Nesse sentido, é possível *derivar* semanticamente um sentido agentivo para o setor das árvores frutíferas. O que dificulta esse tipo de análise são os dados: não é fácil provar por meio de *corpora* latinos que o *-arius* agentivo veio *antes* do *-arius* designador de árvores frutíferas (como se sabe, o latim vulgar é simultâneo ao clássico e não um desenvolvimento desse, pois ambos nascem do latim arcaico). Se este deriva semanticamente daquele ou se nasce novamente da produtividade ainda inesgotada do primitivo valor relacional (como ainda veremos nos séculos seguintes em *hoteleiro*, *verdadeiro*, *rotineiro*) é questão de investigação. De qualquer forma, o *-eiro* denotador de árvores frutíferas será visto como independente no raciocínio desenvolvido neste artigo.

Encontrar paráfrases que sirvam como uma definição sucinta, funcional e verdadeira do sufixo é um grande desafio. Valendo-nos da intuição, com muita frequência, esquecemo-nos que as palavras não foram criadas hoje, mas em sincronias pretéritas. Formulações dedutivas precipitadas não corroboráveis pela história das palavras são, na verdade, acientíficas, mas parece adquirirem vitalidade e gozarem de tolerância junto com todo e qualquer modelo possível que se debruce sobre os dados. A busca de intersecções de todos os valores semânticos pode conduzir a abstrações extremamente amplas e artificiais que não condizem com a reconstrução verossímil da neologia. Para contornar esses problemas inevitavelmente surgem soluções *ad hoc* que enfraquecem os modelos ou nos dão a sensação que é tudo uma questão subjetiva.

O que seria então o *nomen agentis* a que se referem as gramáticas com relação a sufixos como *-eiro*, *-ista*, *-or*, *-nte*? Decerto não são dendrônimos ou gentílicos. O agente de uma ação é, antes de tudo, na lógica natural das línguas com visão de mundo não-animista um ser vivo, mais especificamente um animal e, prototipicamente, um ser humano. Nessa *Weltanschauung* singular e nada científica dos falantes nativos que permeia a ingenuidade da neologia, o movimento, que está na base definatória de uma ação qualquer, é espontaneamente gerado pelo animal a partir de uma energia vital própria que o caracteriza. De fato, um animal morto não é agente de quaisquer ações perceptíveis pelos sentidos. Dessa forma, a liberação dessa energia por um animal que está vivo (em qualquer direção), envolvendo outros seres ou apenas a si mesmo, pode ser entendida como uma ação. Essa definição não deixa de ser metafórica, no sentido lakoffiano do termo, mas suas premissas básicas (uma de caráter existencial: “há uma energia vital nos animais”, uma tese: “essa energia pode ser liberada” e uma etiologia: “o movimento perceptível é fruto da liberação dessa energia”) são os próprios pressupostos sobre os quais se baseia. Um agente, portanto, nada mais é que o próprio ser

atuante nos termos que definimos acima como “ação” (e, portanto, subentende-se, está vivo, pois tem a energia vital e libera-a). O significado de sufixo como *-eiro* diz-se agentivo porque denota um ser com essas características. Nesse sentido, uma árvore que produz frutos não parece satisfazer todos os pressupostos, pois não é um animal. Mas seriam de fato tão importantes essas restrições? Por que um ser animal e não um ser vivo de modo geral? Uma árvore não é prototipicamente um ser vivo, assim como uma esponja não é um animal. Vê-los dessa forma custou mudanças radicais na visão de mundo obtidas pela Biologia. Um animal, na visão ingênua, deve ter pernas, olhos, deve andar, fazer barulhos, comer, enfim, algo muito distinto de um organismo sésil como uma esponja ou de um vegetal qualquer (com exceção talvez às plantas carnívoras). O ser humano e um cão são vistos de forma distintas pelo antropocentrismo e mesmo um inseto e um mamífero não são vistos da mesma forma, daí muitas vezes a criação de hierarquias inexistentes no real sentido genérico ou evolutivo da ciência biológica. Todo nosso conhecimento taxonômico para além das questões debatidas em filogenia é confuso pois se baseia numa fenética ingênua, que dá à luz muitos arquétipos nascidos da intersecção de conjuntos que podem ser representados por círculos excêntricos de intersecção não-nula. É nesse terreno que imperam as metáforas.

Se o agente prototípico é um animal não-sésil, nada impede que vejamos por meio de metáforas uma árvore “gerando” frutos: bastaria animalizá-la e ver o desenvolvimento do fruto como uma produção em que atuaria uma energia vital, quando muito, uma vontade de produzir. Teria sido assim? O estudo histórico poderia confirmar ou refutar essa hipótese, mas acreditamos que não

### 3. Especificação do elemento oculto nas paráfrases

De qualquer forma, a paráfrase agentiva no exemplo (2) é, para um derivado do tipo  $X]_{\text{eiro}}$  “que trabalha em X”. Dessa virão outras e a mudança semântica do sufixo dependerá da especificação do significado do verbo implícito “trabalhar”. Observe-se que a mudança de “trabalhar” para outro verbo requer às vezes mudança na regência: um *pedreiro* é, etimologicamente, alguém que trabalha *com* X (e não *em* X, como é o caso de *cozinheiro*). E mesmo trabalhar com pedras não é fabricar pedras, como é o caso de um *tapeceiro*. Portanto, a noção de trabalhar, quando gera um produto final, envolve um local (que é enfatizado em *cozinheiro*), um material (como em *pedreiro*) e um produto (como em *tapeceiro*). Quando o trabalho não gera um produto final por meio de atuação direta, pode dar margem a outras interpretações, como: “vender” (de fato, *tapeceiro* pode ser quem produz tapetes ou quem vende tapetes), “consertar” (um *sapateiro* pode fabricar, vender ou consertar sapatos), “cuidar de” (um *vaqueiro* tem a função de apenas pastorear os bovinos), “conduzir” (um *motoqueiro* é alguém que usa uma motocicleta em seu trabalho) etc. A solução genérica para representação deste tipo de paráfrase que assume formas múltiplas pode ser a seguinte:

(5)  $X]_{\text{eiro}} = \text{pessoa que trabalha } V^{\text{ger}} X$

Em que V é um verbo qualquer no gerúndio, com regência múltipla. Dessa forma, um *roqueiro* é uma “pessoa que trabalha tocando *rock*”. Essa composicionalidade é necessária para entendermos tanto a mudança do significado da palavra quanto do sufixo. Um *carvoeiro* é uma pessoa que trabalha vendendo ou fabricando carvão, portanto a relação humana com o carvão é a de ser vendido ou de ser fabricado. Seria anômala uma interpretação do tipo “consertando carvão”, “tocando carvão”, “cuidando de carvão” ou “conduzindo carvão”, embora interpretações como essa não sejam impossíveis em textos que envolvam humor. Dessa forma, o elemento V é preenchido por verbos compatíveis pragmaticamente com as características de X: um *mensageiro* é alguém que trabalha entregando mensagens, pois mensagens devem ser entregadas e não consertadas, por exemplo. Há uma redundância

intrínseca na definição de “mensagem” e na de “entregar” (nessas acepções envolvidas) que a arbitrariedade do significante impede que seja vista: mensagem é algo que deve ser entregue e entre as coisas entregáveis estão as mensagens. Os elementos que preenchem V e X são complementares e, não raro, totalmente redundantes. Uma palavra como *tesoureiro* pode até ter uma interpretação particular ou humorística como alguém que fabrica tesouras, mas jamais (a menos em alguma prosa de cunho surrealista) como alguém que come tesouras, essa interpretação não é autorizada nem pelos traços nem pelos de de “comer”, nem de “tesoura”. Entre eles, não há qualquer possibilidade de função, no sentido matemático do termo. Esses traços advêm da própria convivência com os seres envolvidos, ou seja, com a *referência*, a partir da qual se constrói o *significado*. De fato, a interpretação absurda de *tesoureiro* acima referida é perfeitamente viável em *doceiro*, que pode ser tanto “quem faz doces” quanto quem “quem come doces”, ou, na forma mais padronizada das paráfrases aqui apresentadas, respectivamente, “quem trabalha fazendo doces” e “quem gosta de comer doces”. A interpretação com “comer” só não é absurda para bases comestíveis.

#### 4. A valoração

O exemplo de *doceiro* traz em seu bojo um elemento apreciativo bastante interessante. Com certeza, requer uma paráfrase distinta:

(6)  $X]_{\text{eiro}} = \text{pessoa ADJ}^{\text{pej}}$  que gosta de  $V^{\text{inf}}$  X

Este sentido não é sempre agentivo, no entanto, é derivado semanticamente de (5). De fato, um *noveleiro* é alguém que gosta de ver novelas ou alguém cujo trabalho é fazer novelas. Ambas as acepções inserem um traço pejorativo, uma vez que enfatiza respectivamente o comportamento ridículo ou a má produção do agente. E de fato, esse julgamento parece constante e existente desde o século XV no português: *mexeriqueiro* (XV), *noveleiro*, *aventureiro* (XVI), *trapaceiro*, *lambisqueiro*, *embusteiro* (XVII), *galhofeiro*, *bisbilhoteiro*, *caloteiro*, *festeiro* (XVIII), *cachaceiro*, *pagodeiro*, *beijoqueiro*, *arruaceiro*, *politiqueiro*, *ordeiro*, *novidadeiro*, *taberneiro* (XIX), *bagunceiro*, *cambalacheiro*, *biscateiro*, *barraqueiro*, *batuqueiro*, *loroteiro*, *fofoqueiro*, *encrenqueiro*, *maconheiro*, *metaleiro* (XX). Acresçam-se a essas palavras também *forrozeiro*, *punheteiro*, *mochileiro*, *baderneiro*, *mutreteiro*, *trambiqueiro*, *fluxiqueiro*, *truqueiro*. O elemento valorativo é importante, pois está associado a uma outra *Weltanschauung*: a intolerância à repetição, que é bastante característica nas sociedades ocidentais modernas. E de fato, o sentido (6) deriva-se de outro, mais básico:

(7)  $V^{\text{part}}]_{\text{eiro}} = \text{pessoa ADJ}^{\text{pej}}$  que  $V^{\text{pres}}$  X

O valor iterativo do presente do indicativo manifesta-se na repetição da ação, que denota algum apreço por ela, o qual não é compartilhado pelo falante. Uma *namoradeira* é uma pessoa que gosta de namorar ou que namora muito ou que namora frequentemente. Tais nuances são tão próximas que dificilmente se excluem na interpretação de uma palavra sufixada em *-eiro*. O que chama a atenção, nesse caso, é sobretudo o aspecto formal. A base é V e não X. Como X é um nome, V translada-se para a morfologia nominal por meio da forma participial e daí estarmos diante de um derivado departicipial e não propriamente nominal. As primeiras gramáticas ocidentais, de fato, entendiam o participípio como uma classe de palavras independente dos verbos. Tal fenômeno não encontra equivalentes no sufixo latino *-arius*. O caso de *trepadeira* é bastante característico da mudança do *genus* (ou hiperônimo). Até agora vimos trabalhando com agentes animais, sobretudo humanos. Descartamos formações antigas como *pereira* por não ser um agente. No entanto *trepadeira*, salvo pelo seu *genus*, tem interpretação paralela à (7). Isso mostra que, na verdade, é possível prescindir na época dessa nova formação do elemento genérico. A ampliação abstrata não deve portanto confundir-se com a solução *ad hoc* de uma interpretação vegetal, embora *dormideira* também a reforce. Na

verdade, vemos o mesmo em *corredeira*, que não é um ser vivo, rigorosamente falando, a não ser pela pouca provável hipótese da visão animista nos criadores dos neologismos. A explicação que se vê aqui está na chamada “energia vital” a que nos referimos anteriormente. Uma trepadeira é, antes de tudo uma planta, mas um vegetal que se desenvolve muito rapidamente e cujo desenvolvimento parece simular, metaforicamente, uma ação animal: o ato de trepar um muro, por exemplo. O mesmo se percebe na dormideira, que reage prontamente ao toque humano. Também uma corredeira dispõe de uma força muito semelhante a de um animal que corre. Não é de se estranhar, portanto, que essas metáforas lhe tenham sido atribuídas *a posteriori* pelos falantes. Isso nos conduz à seguinte interpretação desses casos:

(8)  $V^{part}]_{eiro} = \dots$  que  $V^{pres}$  X

Muito distinto é o caso de *jaqueira* ou *mangueira*, pois a produção de frutos é, numa visão antropocêntrica e pragmática, completamente passiva, uma vez que ou servem para a alimentação humana ou são inúteis. A atividade reprodutiva da planta *em si*, reconhecida pelo biólogo, não é sustentável na reconstrução da criação neológica. Daí, outros bens produzidos por plantas, que não são árvores frutíferas, gozarem do mesmo sufixo: flores (*roseira*, *craveiro*), frutos ou sementes usadas em condimentos (*pimenteira*) e folhas (*loureiro*, *palmeira*). Produtos neutros raramente merecem o emprego desse sufixo (embora o vejamos em produtos nocivos, como em *espinheiro*). Os casos (7) e (8) não são os únicos que envolvem classe gramatical distinta de nomes substantivos. Interpretando o comportamento do agentivo como algo frequente implica a sua constância e, portanto, não é raro entendê-lo como intrínseco (como uma qualidade) e valorável com pejorações. Talvez por isso, X pode ser um nome predominantemente adjetivo em outros casos (*certeiro*, *grosseiro*, *raseiro*, *canhotoiro*):

(9)  $ADJ]_{eiro} = \dots$  que é  $ADJ^{pej}$

## 5. Abstração crescente do sentido agentivo do sufixo *-eiro*

Como as paráfrases são entendidas por nós como sentidos que compõem a polissemia do sufixo (e não uma homonímia, como uma Morfologia sincrônica de viés aronoffiano normalmente supõe), o significado da base, necessário para criação da paráfrase, nem sempre é reconhecido. Em *carneiro*, por exemplo, o significado de *carniça* é ainda o básico (“resultado da carnagem”) não se confunde com o mais frequente (“carne em estado de putrefação”). *Carneiro* é, no sentido básico da palavra, aquele que descarna o animal ou que vende sua carne, isto é, o açougueiro (portanto, tem o sentido 5 acima descrito). Mas também é aquele que come carne, referindo-se com frequência a um animal (expansão do sentido 6). O uso de *carneiro* como “que é sanguinário” é uma metonímia criada a partir do sentido composicional primário. Muitas vezes, sentidos derivados da palavra como um todo obscurecem o sentido composicional ou, quando muito, torna pouco clara a relação entre o significado do sufixo e o significado da base. De qualquer forma, não é o mesmo sentido de *carneiro*, que seria, literalmente, “um animal que tem carne” ou um “local onde fica a carne”. Escolher a base *carniça* para *carneiro* em vez de *carne* para a profissão (num fictício *\*carneiro* com interpretação agentiva) parece não ter relações com um suposto bloqueio. De qualquer modo, ambas as palavras aparecem nos documentos mais antigos do português. Também em *padeiro*, a pouca frequência de uso da base (*pada*) não parece obscurecer o sentido básico da palavra (sentido 5). Uma reinterpretção, baseada na sincronia atual normalmente nos faz enxergar alomorfas não justificáveis historicamente (uma vez que *pad-* não é alomorfe sustentável historicamente de *pan-*, presente em *panificadora*). Já em *carpinteiro*, a opacidade é total. Do sentido agentivo de *-eiro* geram-se interpretações possessivas mais distantes:

(10) X]<sub>eiro</sub> = pessoa que tem X

Trata-se do caso de *fazendeiro*, entre outros, que não está simplesmente relacionado com *fazenda* pela mesma paráfrase de *cozinheiro*. Um fazendeiro não é um trabalhador mas um proprietário. E a noção de “posse” em muitas línguas indo-europeias é, na verdade, um complexo que envolve quer a alienabilidade de um ser, quer sua natureza intrínseca. Para um falante de português, a amálgama de sentido inclui complementos bastante distintos como “carro”, “irmã”, “opinião” ou “olhos”. Esse fenômeno transparece também no nível gramatical. Dito de outra maneira, o significado do sufixo em *fazendeiro* é basicamente o mesmo de *interesseiro*. Observe que no primeiro caso, pode haver uma descrição sem pejorações ou hipérboles e as bases são neutras. No segundo, porém, é comum imaginar algum excesso incluído na paráfrase “pessoa que tem muito X” ou uma valoração pejorativa “pessoa ADJ<sup>pej</sup> que tem X” ou ambos. Desse modo, a noção de posse indiretamente está ligada ao agentivo pela imanência sugerida também nas outras paráfrases: uma profissão assim como uma qualidade só é digna de um neologismo se nela houver um caráter de permanência. A inconstância do ser, como que na manutenção de *status quo* da *Weltanschauung* se presta menos à construção neológica por afixação e se expressa, mais frequentemente, por meio de torneios sintáticos.

## 6. O paradoxo do *genus* agentivo não-ativo

A geração de significados locais para as palavras sufixadas em *-eiro* é bastante antiga e remonta ao século III a.C: *gallinarium* “galinheiro”. Trata-se de formas neutras que sofreram reforço semântico de uma convergência com o sufixo *-áron* em grego, que formava coletivos (Viaro 2010a), donde o sentido derivado de grande quantidade e, por conseguinte, de grande intensidade, que é basicamente o mesmo numa língua em que *muito* pode indicar quantidade (como inglês *many*, *much*) ou intensidade (como inglês *very*). Essa outra amálgama de sentidos encontra-se inclusive em outras línguas não indo-europeias (Wierzbicka 1996).

Mais marcante nas mesclas de sentidos que garantem uma *Weltanschauung* (comum a várias línguas ocidentais) disassociada das visões científicas atuais da realidade é a mudança metafórica do *genus* de um ser vivo animal para um objeto, conferindo-lhe funções semelhantes à da profissão. Assim, um *açucareiro* pode ser entendido como um “objeto em que se guarda açúcar” (e, portanto, com foco na quantidade de açúcar e no *genus* não-animado, algo como em *galinheiro*) ou a partir de uma perspectiva metafórica, isto é, “objeto que guarda o açúcar” como em *porteiro* “pessoa que trabalha guardando uma porta”. Uma *chaleira* é um objeto em que se ferve o chá ou um objeto que tem a função de ferver o chá? Nos dois sentidos, visualiza-se o caráter intrínseco e permanente de uma qualidade, como se vê nos agentivos. O que está em questão aqui é, novamente, a mesmo problema acima exposto: se árvores que geram frutos não são agentivos, que dizer de seres inanimados que não têm vontade própria a não ser numa visão animista dos seres? A função de um objeto, como uma *saboneteira*, um *saleiro*, um *alfineteiro* ou uma *lixeira* pode ser equivalente à profissão de um ser humano? Há, pura e simplesmente, transposição metafórica entre um caso e outro? Que perspectiva se deve tomar na construção de uma paráfrase: a do cientista cético que não acredita haver intenções em objetos inanimados ou algum princípio anímico neles reconhecido pelo falante ingênuo que criou a palavra, para o qual as conclusões da ciência são letra morta? Colocamo-nos, a aceitar a segunda hipótese, na pele desse criador inconsciente descompromissado de uma verdade científica, revitalizando uma espécie de herderianismo revisitado? Há uma falácia nesse raciocínio neo-romântico. Todo falante ocidental categoriza os objetos como seres inanimados e só os veem de outra forma por meio de metáfora, num mecanismo parecido à *mauvaise foi* sartriana. O *genus* se amplia a partir da base semântica

estreita original (o agente tal como definido acima) e volta a se restringir na *metáfora* do objeto. O significado do sufixo permanece intocado, mas o seu escopo de atuação parece mais amplo, no entanto, não atinge as raias do ilimitado: é apenas polissêmico. Uma *namoradeira*, como vimos acima, pode ser uma moça que gosta de namorar, mas também é um objeto no qual se pode namorar. Um chaveiro é uma pessoa que fabrica chaves e também um objeto em que se guardam as chaves. Partindo de (5) vemos a seguinte transformação semântica:

- (11) pessoa que trabalha V<sup>ger</sup> X >> pessoa que V X >> (...) que V X >> objeto em que se V X.

Chama a atenção o fato de, na paráfrase, X ser originalmente complemento direto de V e, ao final da transformação semântica, ser sujeito. Na verdade o foco humano da ação passa a segundo plano e o instrumento não animado (o “objeto”) assume um caráter mais proeminente à maneira das análises semântico-lexicais de Fillmore (1968). O “objeto”, antes latente, emerge agora da vaguidão apresentada na quarta etapa e sua topicalização durante a nova especificação mantém desativado o agente humano da ação, que passa para um segundo plano. Desse modo, permite uma interpretação, comum nas línguas em que sujeito oracional é indistinguível do tópico: o “objeto”, ao antecipar-se, mentalmente na enunciação (ou no raciocínio), confunde sua proeminência com uma suposta agentividade. Talvez por isso, as bases quando verbais (paráfrase 7) são predominantemente participais, uma vez que o participio em português remonta à voz passiva latina. Desse modo, *geladeira* é um objeto em que se conservam geladas as coisas: a passividade está refletida na base *gelado* e não em *gelar*, uma vez que é, mais apropriadamente dizendo, um substantivo departicipial e não deverbais. O mesmo se pode dizer de *penteadeira* “objeto diante do qual se penteia” e outros. Semelhante é a paráfrase “objeto com que se V X” de *joelheira*. Nesse caso, foca-se o substantivo que ascende à categoria sintática de sujeito. Distingue esse caso de *saboneteira* “objeto em que se V X”. No primeiro caso, topicaliza-se um instrumental, no segundo, um locativo. Ambos os casos estão intrinsecamente confundidos no ramo itálico das línguas indo-europeias e dessa amálgama, já presente em latim, comungam ainda línguas românicas como o português. Um locativo de cunho existencial se vê em *fogareiro*, *braseiro*, *chaveiro*, que podem ser parafraseados como “objeto em que há X” (novamente com possível interpretação quantitativa e hiperbólica: “objeto em que há muito X”). Os casos de topicalização de locativos prevêm verbos como “guardar”, já os de instrumentais podem ser variados: o caso de *joelheira* permite a interpretação de V como “proteger”, mas há várias outras possibilidades: “lançar” (*bombardeiro*), “capturar” (*ratoeira*), “retirar” (*escumadeira*). Mesmo as regências contidas nesses verbos parecem ser produtivas dentro de sua polissemia. Se interpretarmos *joelheira* como um “objeto com que se protege X”, um *mosquiteiro* será um “objeto com que se protege de X”.

É muito instigante observar, no exemplo anterior, que a amálgama semântica que confunde formalmente a voz passiva sintética com construções de sujeito indeterminado no nível formal também esteja presente no nível semântico pouco profundo da interpretação das paráfrases. E, de fato, aparecem outros exemplos que provam isso: *chuteira* é um objeto com que se chuta. Observe-se que nesse caso, não se trata de um departicipial, embora o derivado seja indefinidamente classificável como deverbais (*chutar* → *chuteira*) ou como denominal (*chute* → *chuteira*). O locativo pode generalizar-se também. Assim, a partir de (11) podemos ter uma nova ampliação seguida de especificação:

- (12) objeto em que se V X >> (...) em que se V X >> lugar em que se V X

O sentido convergente e locativo do sufixo em palavras como *galinheiro* gera, como visto, uma maior flexibilidade para interpretações desse tipo. Assim, nasce uma interpretação existencial do verbo e uma tendência à hipérbole: *formigueiro*, *vespeiro*, *cupinzeiro*, *bicheira*, *pulgueiro*, *puteiro* deixam-se interpretar tanto como “lugar em que há muito X” quanto como

“lugar que tem muito X”. Uma topicalização da quantidade, que pode ser flagrada desde o século XIII (*pedreira*) gera já no século XV (*cabeleira*) interpretações puramente quantitativas (“muito X”): *barreira, sangueira, poeira, catarreira, barulheira, chiadeira, desgraceira* etc. Observe-se que também substantivos deadjetivais existem, como em *sujeira*, dando azo à interpretação “muito X ADJ”. Visto que quantidade e intensidade caminham juntas, como dito acima, cedo encontramos também os casos de palavras como *nevoeiro, aguaceiro, fumaceira, preguiceira, quebradeira, roubalheira, berreiro, bebedeira, tremedeira, suadeira, gemedeira*. Uma reinterpretação de alguns desses casos apontam não mais para objetos, mas para estados. Nesse sentido, associado à pejoratividade crescente, o mesmo sufixo se presta à formação de nomes de patologias e outras indisposições físicas (“estado de pessoa ADJ”): *cegueira, gagueira*, bem como de julgamentos de ações (“ato típico de pessoa ADJ”): *ladroeira, asneira, tonteira, besteira, bobeira, doideira*.

## Conclusões

O que é um significado agentivo, portanto, é nebuloso em um recorte sincrônico qualquer: *genera* que remetem a seres humanos convivem em paradigmas juntamente com animais, plantas, objetos, locais, quantidades, estados e atos. Assumindo o caos, qualquer interpretação analítica parece acertada e faltam parâmetros para o julgamento, o que cria um subjetivismo que desmonta qualquer tentativa de racionalização do que vem a ser o significado de uma palavra e nos remetem à defesa do assemantismo. No entanto, essa postura decorre de métodos que prescindem de uma investigação para além da função comunicativa da linguagem, pois lança ao segundo plano a reconstrução da construção paulatina do complexo semântico ao longo das gerações. Há de se diferenciar dois tipos de equívoco nessa postura.

O primeiro pode ser chamado de *equívoco analítico*. Nesse caso, projeta-se anacronicamente um significado que não ocorreu no momento da neologia, mas que se encontra num momento futuro. Dada uma palavra X]<sub>eiro</sub> qualquer, diremos que a análise semântica que compõe a sua paráfrase está equivocada se é possível provar que o significado do sufixo não ocorria no momento da neologia. Assim, dizer que a paráfrase de *chuveiro* é “objeto que V X” (sendo V algo *ad hoc* como “se parece com”) é equivocado, pois no século XV, quando surgiu a palavra *chuveiro*, o significado do sufixo só poderia ser “muito X” ou “X intenso” (hoje outros sufixos expressariam a mesma ideia: *chuvada, chuvarada, chuvão*). O *genus* de “objeto” pertence ao desenvolvimento futuro do significado da palavra e não ao significado original do sufixo, independentemente das evocações comunicativas motivadas pela frequência de uso atual, que privilegia a interpretação mais recente. De fato, a partir do significado composicional original de *chuveiro* como “chuva intensa” nascerá, por metáfora (e por decalque do inglês *shower*) no século XIX o significado atual mais frequente de “ducha”. O desconhecimento histórico do objeto conduziu ao equívoco interpretativo, tolerável para o falante, mas inapropriado para o cientista da linguagem.

O segundo caso seria o *equívoco metalinguístico*, que ocorre quando se atribui indevidamente um significado pautado exclusivamente numa interpretação científica da derivação sufixal. Assim, dizer que árvores são agentivos por que são seres vivos, no sentido biológico do termo (e não no das *Weltanschauungen* que compõem as culturas e as línguas) e indeferenciá-las dos seres humanos e dos animais, tal como faria um biólogo, é perder de foco o ponto de vista das línguas, que surgem da visão comungada de seus falantes, em seus neologismos, que se pautam, em sua maioria, num recorte mais ingênuo da realidade, embora, muitas vezes menos amplo e menos verdadeiro, se levarmos em conta o conhecimento acumulado das ciências físicas, humanas e naturais. Dizer que árvores são agentes, como o são as profissões, só é útil na recategorização e classificação os fatos, mas tais categorias, se incompatíveis com a

percepção histórica e psicossocial, são falaciosas. Calibrar a metalinguagem, de modo a não se tornar nem hipergeneralizante nem hiperfragmentadora tem sido um desafio contínuo dos semanticistas. Infinitas taxonomias podem emergir, se não forem norteadas e restringidas pelo conhecimento histórico de algumas transformações, fartamente documentadas, que encontram corroboração em línguas muito distantes (comumente essas semelhanças, excluídas as coincidências, são conhecidas atualmente como *universais* e associadas a soluções previsíveis da cognição humana). Soluções rígidas com viés determinista ou teleológico dão azo a excessivas posturas *ad hoc* e, nem sempre, se compatibilizam com os dados, distanciando-se da real solução dedutiva desejada pela Linguística, como já o foi por outras ciências. O impedimento de se atingir essa meta, portanto, está diretamente associado à escolha de uma metodologia equivocada ou mesmo à falta de uma metodologia consistente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Basilio, Margarida. 2004. *Formação e classes de palavras no português do Brasil*. São Paulo: Contexto.
- Fillmore, Charles J. 1968. The case for case, em E. Bach e R. T. Harms (eds.), *Universals in Linguistic theory*. New York: Holt, Rinehardt & Winston.
- Malkiel, Yakov. 1970. Generic analyses of word formation, em T. A. Sebeok (ed.), *Current trends in Linguistics*. Paris: Mouton.
- Rio-Torto, Graça M. 1998. *Morfologia derivacional: teoria e aplicação ao português*. Porto: Porto Ed.
- \_\_\_\_\_. 1993. *Formação de palavras em português: aspectos da construção de avaliativos*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Rocha, Luís C. de A. 1998. *Estruturas morfológicas do português*. Belo Horizonte: UFMG.
- Tesnière, Lucien. 1959. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris: Klincksieck.
- Viaro, Mário E. 2011. *Etimologia*. São Paulo: Contexto.
- \_\_\_\_\_. 2010a. A especialização do sufixo latino *-arium*, em: M. J. Marçalo et alii (orgs.). *Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas*. Évora: Universidade de Évora, pp. 22-42.
- \_\_\_\_\_. 2010b. Sobre a inclusão do elemento diacrônico na teoria morfológica, *Estudos de lingüística galega*, Santiago de Compostela, 2:173-190.
- \_\_\_\_\_. 2005. Relação entre produtividade e frequência na produção do significado, *Estudos Lingüísticos*, Campinas, 34:1230-1235.
- \_\_\_\_\_. 2004. *Por trás das palavras: manual de etimologia do português*. São Paulo: Globo
- Villalva, Alina. 2000. *Estruturas morfológicas do português: unidades e hierarquias nas palavras do português*. Lisboa: Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Wierzbicka, Anna. 1996. *Semantics: primes and universals*. Oxford: Oxford University Press.